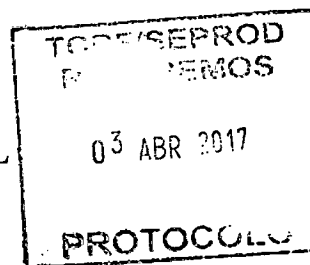


EPDOC-13FB7B7A

SERCO

Brasília-DF, 03 de abril de 2017.

À SRA.
LUCIANA MOREIRA MOURA
M.D. CHEFE DO SERVIÇO DE CONTRATOS
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
N E S T A



TRIBUNAL DE CONTAS DO DF
- 3 AR
- 03 AR
- 2017
002476
AUTUADO COMO DOCUMENTO
SEÇÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO

AC Nº 043/2017.

ASSUNTO: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO /
FINANCEIRO DO CONTRATO Nº 07/2017

Prezada Senhora,

Vimos solicitar, mui respeitosamente, o reequilíbrio econômico/financeiro do contrato supracitado, assinado recentemente com V.Sa, propondo a correção dos seguintes itens:

A- DO PISO SALARIAL DO ENGENHEIRO CIVIL:

O valor do salário do engenheiro estipulado na planilha de preços vigente é o piso salarial do engenheiro estipulado ainda do ano de 2015. Nosso pleito para correção do mesmo baseia-se nas seguintes premissas:

A diferença de piso salarial estabelecida entre a Lei 4950-A de 22 de abril de 1966, combinado com a Resolução nº 397 do Confea e a Convenção Coletiva de Trabalho assinada entre o Senge-DF e o Sinduscon-DF, referente ao mês de maio de 2016, é:

- Piso salarial estabelecido pela Lei 4950-A de 22 de abril de 1966, combinado com a Resolução nº 397 do Confea: 8,5 salários mínimos = **R\$ 7.964,50;**
- Piso salarial estabelecido pela CCT realizada entre o Senge-DF x Sinduscon-DF: **R\$ 7.480,00.**

Os princípios são fontes acessórias do direito, como se pode observar, quanto à esfera trabalhista, do artigo 8º da CLT. Além disso, são auxiliares e definidores na interpretação



e na aplicação do Direito aos casos concretos. Abaixo, descrevemos os princípios jurídicos norteadores de nosso pleito:

1- Princípio da condição mais benéfica – este princípio tem a ver com o direito adquirido resguardado na CR/88 Art.5º, Inc.XXXVI, pois garante ao trabalhador que nenhuma norma superveniente que prejudique direito seu atingira o disposto no contrato de trabalho ou convenção de trabalho que seja mais benéfica, sendo assim autorizado apenas a alteração *in mellius* que tenha o objetivo de uma condição social melhor para o trabalhador;

2- Princípio da Aplicação da Norma mais Favorável – princípio que se desdobra em outros como:

2.1- Princípio da elaboração de normas mais favoráveis - este princípio busca orientar o legislador à elaboração de normas mais pertinentes às condições sociais do trabalhador;

2.2- Princípio da hierarquia das normas jurídicas – vem este princípio ditar ao aplicador da norma que independente de sua hierarquia, deve-se aplicar a norma que mais beneficia a real situação do trabalhador;

2.3- Princípio da interpretação mais benéfica – havendo omissão ou uma situação dúptica da norma – uma norma com dois sentidos – deverá esta ser interpretada visando o interesse do trabalhador.

Respeitando o princípio da condição mais benéfica e da norma mais favorável ao trabalhador, conforme detalhado acima, é indiscutível, no caso em tela, a aplicação da Lei 4950-A de 22 de abril de 1966, combinado com a Resolução nº 397 de 11 de agosto de 1995 para o aumento do salário profissional do engenheiro. Anexamos um memorial que trata do assunto “a Lei 4950A na esfera dos CREAs”, bem como a Resolução nº 397 de 11 de agosto de 1995 do CONFEA. Segue também em anexo, a última Convenção Coletiva de Trabalho assinada entre o Senge-DF e o Sinduscon-DF, referente ao mês de maio de 2016.

Além disso, esta empresa vem, de fato, pagando o valor de R\$8.000,00 ao engenheiro do presente contrato, conforme comprovamos em anexo, muito próximo ao piso estipulado pela Lei 4.950A e Resolução 397 do Confea.



B- DO AUMENTO DO VALE REFEIÇÃO DO ENGENHEIRO CIVIL:

Ainda nos orientando pelos princípios jurídicos supracitados, solicitamos o aumento do valor unitário do vale refeição do engenheiro civil de R\$16,00 para R\$17,00, conforme preceitua a CLÁUSULA SÉTIMA – ALIMENTAÇÃO da Convenção Coletiva de Trabalho assinada entre o Senge-DF e o Sinduscon-DF (cópia em anexo)

C- CORREÇÃO NO VALOR DO RAT:

Diverso da taxa percentual estabelecida para o Risco Ambiental do Trabalho - RAT (letra "G" do sub-módulo 4.1 dos encargos previdenciários e FGTS) na planilha de composição de preços do contrato nº 07/2017, assumido em caráter remanescente, é atribuído o percentual de 3% para este elemento para esta empresa, conforme comprovamos com as GFIPs dos meses de fevereiro e março em anexo.

Solicitamos assim, para que se mantenha o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em tela, que ocorra em tempo, a correção da taxa percentual do RAT de 1,5% para 3,0%.

Assim, rogamos penhoradamente a aprovação de nosso pleito, incluindo os valores retroativos.

Dessa forma, só nos resta contar com a perfeita compreensão do assunto por parte dessa conceituada Administração.

Honrados em prestar serviços a este Tribunal de Contas, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,



Ivanoé Pedro Tonussi Júnior



FICHA DE REGISTRO DE EMPREGADO
Portaria MTb 41, de 28/03/2007 (DOU de 30/03/2007)

Período: 04/2017 a 04/2017

Data: 31/03/2017 14:49:00 Hs

Empregador:

Razão Social: 963 - ATLANTICO ENGENHARIA LTDA

Nome de Fantasia: ATLANTICO ENGENHARIA LTDA

Atividade: - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Endereço: Q SCS QUADRA 02 BLOCO C N 41 SALAS 115 116 E 118-ASA SUL - BRASILIA/DF

CNPJ: 14.355.750/0001-90

Código Município: 5300108

CEP: 70315-900

Empregado:

Funcionário: LIANA THOMÉ BAPTISTA

Matrícula: 696 Registro: Registro Sistema: 3987810360

CTPS: 4442230/001-0 - GO Emissão: 03/09/2003

Identidade: 4.262.434 DGPC/GO Emissão: 03/09/2003

Cor: 2-Branca
Cabelo:

Olhos:
Altura:

Peso:
Sinais:

CPF: 002.431.821-39
Título Eleitor: 48786931040/264/127
Reservista:
PIS/PASEP: 1340432331-8
CIPA: Não

Data de Admissão: 01/04/2017
Data de Nasc.: 16/04/1984
Exame Médico: 01/04/2017
Data Cad. PIS/PASEP:
Naturalidade: BRASILIA-DF

Estado Civil: Solteiro
Sexo: Feminino
Grau Instrução: Superior Inc.
Nacionalidade: Brasileira

Filiação: DOMINGOS TADEU DOMINGUES BAPTISTA
DENISE TOMÉ DE OLIVEIRA BAPTISTA

Endereço: SGAN 011 BL. C CJ I AP 206-ASA NORTE - BRASILIA/DF CEP: 70790-110 Fones: (0xx61)982200872 / E-Mail:

Habilitação Profissional:

Conselho: Sigla: No./ Região: /

Quando Estrangeiro: CTPS: / - Emissão: Val.:
Identidade: Validade: Tipo de Visto:

Horas Semanais: 44 Horas Mensais: 220 Descanso: SAB/DOM
Horário:

Cargos / Funções:

Mês de Ref.: 04/2017 Cargo: ENGENHEIRA CIVIL - CBO: 2142-05

Remunerações Mensais:

Mês de Ref.: 04/2017 Salário: 8.000,00

Setor / Local de Trabalho:

Mês de Ref.: 04/2017 Tomador: 023-01.01.1877 Tc Df Tribunal De Contas Do Df

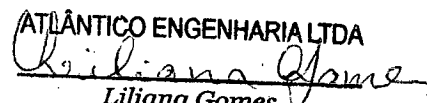
Férias:

Beneficiários:

Contribuições Sindicais:

Acidente de Trabalho / Afastamentos Legais / Treinamentos / Anotações Gerais:

Demissão: ____ / ____ / ____ - Defic: Não

ATLANTICO ENGENHARIA LTDA

Liliana Gomes
Encarregada Dep. Pessoal

Assinatura do Empregado
LIANA THOMÉ BAPTISTA

Assinatura do Empregador ou Representante Legal
ATLANTICO ENGENHARIA LTDA

TRABALHADOR

Esta é a sua **Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS**, documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao Fundo de Garantia do tempo de serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

ESTA CARTEIRA CONTÉM 50 PÁGINAS NUMERADAS

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PI S (PASEP)

134.04323.31-8

4442230

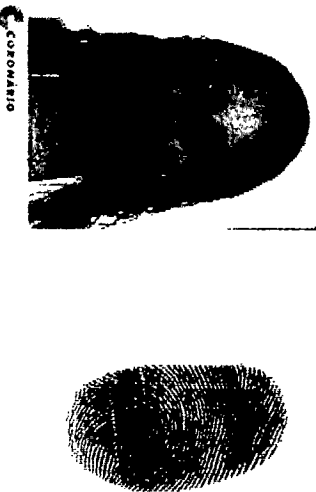
001-0

GO

Liana Thomé Baptista

ASSINATURA DO TITULAR

POLECAI PEREIRA



COPIANTE

02

QUALIFICAÇÃO CIVIL

BRASILEIRO

NOME: LIANA THOMÉ BAPTISTA

LOC. DE NASC.: GOIÂNIA - GO

16/04/1984
NASCIMENTO

FILIAÇÃO: DOMINGOS TADEU DOMINGUES BAPTISTA
DENISE TOMÉ DE OLIVEIRA BAPTISTA

DOC. APRESENTADO: RG 4262434 DGPC GO

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

LEI Nº9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995.

RG: 4262434

CNH: 02502930624

CPF: 002.431.821-39

T. ELEITOR: 48786931040

SEÇÃO: 264

ZONA: 127

LOCAL DA EMISSÃO: SERVIÇO NACIONAL DE EMPREGO.
EMISSÃO: 03/09/2003

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

03

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE

PARA

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

1 E G E N D A

A - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO
B - SEP JUDICIAL | D - ADOÇÃO | F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

06 CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: 04.123.616/0001-00
BROOKFIELD MB EMPREENDIMENTOS
IMOBILIÁRIOS S.A.
CGC/CPF/CEI: 04.123.616/0001-00
ENDEREÇO: AVENIDA T-8, Nº 1423
SETOR BUENO, CEP 74215-020
MUNICÍPIO: GOIANIA - GO
ESP. DO ESTABELECIMENTO: Administração
CARGO: Analista de Pessoal

DATA DE ADMISSÃO: 02 de janeiro de 2014
REGISTRO Nº: 22456
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA: R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)
DATA DE SAÍDA: 24 de março de 2013
COM. DISPENSA CD Nº: 000004 - FT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
FGTS Nº DA CONTA: 20.015.990/0001-49

07 CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: PORTO BELO ENGENHARIA E
COMÉRCIO LTDA
CGC/CEI: 03.701.380/0001-80
Endereço: SUPER QUADRA NORTE
BLOCO C, D E E
Município: BRASILIA - DF
Esp. do Estabelecimento: Engenharia Civil
Cargo: ENGENHEIRO(a) CIVIL
CBO Nº: 214205
Data de Admissão: 02 de janeiro de 2014
Registro: 22456
Remuneração Especificada: R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

DATA DE ADMISSÃO: 02 de janeiro de 2014
REGISTRO Nº: 22456
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA: R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)
DATA DE SAÍDA: 24 de março de 2013
COM. DISPENSA CD Nº: 000004 - FT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
FGTS Nº DA CONTA: 20.015.990/0001-49

08 CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: EMPORIO MAIS SAUDE LTDA ME
CNPJ/MF: 16.733.639/0001-16
LOGRADOURO: RUA 1138 - N.SN
BAIRRO: SETOR MARISTA
MUNICÍPIO: GOIANIA - UF: GO
CARGO: AUX ADMINISTRATIVO (A) - CBO: 411010
DATA ADMISSÃO: 01 de agosto de 2016
REGISTRO N.: 0
FLS/FICHA: 0
SALÁRIO: 880,00 p/ Mês.
REM. ESP.: (OITOCENTOS E OITENTA REAIS)

EMPORIO MAIS SAUDE LTDA - ME
DATA DE SAÍDA: 29 de março de 2016
EMPORIO MAIS SAUDE LTDA - ME
COM. DISPENSA CD Nº: 000004 - FT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
FGTS Nº DA CONTA: 20.015.990/0001-49

09 CONTRATO DE TRABALHO

00004 - FT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
CNPJ/CEI: 20.015.990/0001-49
End.: AVENIDA T 4
74 230-035 - Goiânia - GO
CNAE: Serviços combinados de escritório e apoio adm
LIANA THOME BAPTISTA
Função: ANALISTA DE PLANEJAMENTO DE OBRAS
CBO: 111510
Data Admissão: 03/10/2016
Matrícula: 25
Salário: R\$ 3.500,00 Mensal
(*** TRÊS MIL, QUINHENTOS REAIS ***) M_ ensal

DATA DE ADMISSÃO: 03/10/2016
REGISTRO Nº: 111510
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA: R\$ 3.500,00 Mensal
FT Serviços de Apoio Administrativo EIRELI
CNPJ: 20.015.990/0001-49
DATA DE SAÍDA: 31 de março de 2017
Eline Nunes Stedler
Analista de Dep. pessoal / RH
COM. DISPENSA CD Nº: 000004 - FT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
FGTS Nº DA CONTA: 20.015.990/0001-49

10

CONTRATO DE TRABALHO

EV Empregador: ATLANTICO ENGENHARIA LTDA
CC CNPJ: 14.355.750/0001-90
EN Endereço: Q SCS QUADRA 02 BLOCO C N 41
SALAS 115 116 E 118-ASA SUL - BRASILIA/DF
CEP: 70315-900
ML Esp. Estab.: SERVIÇOS DE ENGENHARIA
ESF Cargo: ENGENHEIRA CIVIL
CA CBO: 2142-05 CTPS: 4442230/001-0-GO
Registro: 696 Livro/Folha:
Admissão: 01/04/2017

DA Remuneração: R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por mês.
REI

Atlântico Engenharia Ltda
Liliana Gomes
ATLANTICO ENGENHARIA LTDA
Encarregada Dep. Pessoal

1ª DATA DE SAÍDA DE DE 19
2ª

COM. DISPENSA CD Nº

FGTS Nº DA CONTA:

CONTRATO DE TRABALHO

11

EMPREGADOR

CGC/CPF/CEI

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

UF

ESP. DO ESTABELECIMENTO

CARGO

CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO DE DE 19

REGISTRO Nº FLS. / FICHA

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA

ASS. DO EMPREGADOR OU A RÓDIO E TESTEMUNHA

1ª

2ª

DATA DE SAÍDA DE DE 19

ASS. DO EMPREGADOR OU A RÓDIO E TESTEMUNHA

1ª

2ª

COM. DISPENSA CD Nº

FGTS Nº DA CONTA:

A LEI 4950A NA ESFERA DOS CREAs

I) Da fiscalização

A Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966 que regula o exercício da profissão de engenheiro, prevê que a fiscalização do exercício e atividades das profissões nela regulamentadas, devem ser exercidas pelo CONFEA e pelos CREA's, conforme prevê o artigo 24:

Art. 24. A aplicação do que dispõe esta lei, a verificação e fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.

Ainda a mesma legislação prevê no artigo 34, as atribuições dos Conselhos Regionais de Engenharia, entre outras:

Art. 34 (...)

f) organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela presente lei;

(...)

k) cumprir e fazer cumprir a presente lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julguem necessários;

O CONFEA, no uso de suas atribuições legais, sancionou a Resolução nº 397, de 11 de agosto de 1995, na qual estabelece que o CREA deve fiscalizar o cumprimento do salário mínimo profissional conforme dispõe o artigo 1º da referida norma:

“Art. 1º - É de competência dos CREAs a fiscalização do cumprimento do Salário Mínimo Profissional.”

Assim, diante da legislação vigente, o CREA deve fiscalizar o cumprimento da legislação profissional, em especial a lei 5.194/66 e o salário mínimo profissional estabelecido na Lei 4.950-A/66.

II) Do salário mínimo profissional

O salário mínimo profissional do engenheiro é previsto na Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que regulamenta a remuneração da categoria, conforme prevê o artigo 1º:

“Art. 1º O salário-mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária é fixado pela presente lei”.

A lei federal 4.950-A/66 não só foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, como seu comando foi reforçado quando a Lei Maior assegurou ao trabalhador, em seu artigo 7º, V, o direito a “V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.”

Dessa maneira, não restam dúvidas quanto à recepção da Lei Federal 4.950-A/66 pela Constituição Federal de 1988, estando plenamente vigente até os dias de hoje.

Dispõe a legislação, quanto ao valor do salário profissional, nos artigos 5º e 6º da Lei 4.950-A/66, com base na jornada de trabalho cumprida e tempo de diplomação, previstos respectivamente, nos artigos 3º e 4º:

“Art. 3º Para os efeitos desta lei as atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais enumerados no art. 1º são classificadas em:

a) atividades ou tarefas com exigência de 6 (seis) horas diárias de serviço;

b) atividades ou tarefas com exigência de mais de 6(seis) horas diárias de serviço.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é a fixada no contrato de trabalho ou determinação legal vigente.

Art. 4º Para os efeitos desta lei os profissionais citados no art. 1º são classificados em:

a) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de 4 (quatro) anos ou mais.

b) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de menos de 4 (quatro) anos.

Art. 5º Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea "a" do art. 3º fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea "a", do art. 4º e de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais da alínea "b" do art. 4º.

Art. 6º Para a execução de atividades e tarefas classificadas na alínea "b", do art. 3º, a fixação do salário-base mínimo será feita tomando-se por base o custo da hora fixado no art. 5º desta lei, acrescidas de 25% (vinte e cinco por cento) as horas excedentes das 6 (seis) diárias de serviço".

Ainda, a Lei 5.194/66, posterior à Lei 4.950-A/66, estabeleceu que o valor inicial da remuneração do engenheiro não pode ser inferior a seis vezes o salário mínimo, conforme previsão do artigo 82:

Art 82. As remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, qualquer que seja a fonte pagadora, não poderão ser inferiores a 6 (seis) vezes o salário-mínimo da respectiva região.

Dessa feita, o que pode ser observado das referidas leis aplicáveis à categoria dos engenheiros é que o valor do salário mínimo profissional do engenheiro equivale a, no mínimo, seis salários mínimos para uma jornada de até 6 horas de trabalho diárias.

Assim, a teor das leis 4.950-A/66 e 5.194/66, a remuneração mínima do engenheiro, para jornada de até 6 horas diárias equivale a seis salários mínimos. Considerando-se que o Salário mínimo atual é de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), tem-se que para uma jornada de até 6 horas diárias o salário mínimo profissional equivale a R\$ 4.344,00 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais).

Para jornada de trabalho superior a 6 horas, a Lei 4950-A/66 determina que, pela sua literalidade, deva ser acrescido de 25% sobre as horas excedentes à 6ª hora: *“a fixação do salário-base mínimo será feita tomando-se por base o custo da hora fixado no art. 5º desta lei, acrescidas de 25% (vinte e cinco por cento) as horas excedentes das 6 (seis) diárias de serviço”*

O legislador ao determinar o acréscimo de 25% sobre o valor da hora normal, para o cálculo do valor das horas adicionais à sexta hora, levou em conta a legislação em vigor à época (art. 59, § 1º da CLT) que determinava que a remuneração da hora suplementar fosse, pelo menos, 20% (vinte por cento) superior à da hora normal.

Aplicando-se o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da hora normal no cálculo do salário mínimo profissional dos engenheiros para uma jornada de 8 (oito) horas diárias de trabalho, se obtêm o valor de 8,5 salários mínimos, valor esse considerado pelos Conselhos Regionais.

Entretanto, face ao disposto no artigo 7º, XVI da Constituição Federal de 1988, o artigo 59 da CLT sofreu modificações passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59. A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.

§ 1º Do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar, obrigatoriamente, a importância remuneração da hora suplementar, que será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal”.

Observando-se os princípios que norteiam o direito do trabalho, notadamente o princípio da norma mais favorável ao empregado, e ressaltando que a legislação sofreu alteração, é que se deve aplicar o adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre as horas além da 6ª.

É importante esclarecer que 7ª e 8ª horas da jornada do engenheiro não são horas extraordinárias, mas para a fixação do valor do salário mínimo profissional, o legislador entendeu que estas excedentes da 6ª, devem ser acrescidas de um adicional de 25% (artigo 6º da Lei 4.950-A/66).

Uma vez que são, sem dúvida, horas excedentes para efeito do cálculo do salário mínimo profissional, esse adicional de 25% (vinte e cinco por cento) aplicável às horas excedentes estava em consonância com o artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho que estabelecia que a

remuneração da hora suplementar fosse, pelo menos, 20% (vinte por cento) superior à da hora normal.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o adicional anteriormente previsto no artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho passou a ser, por expressa determinação do artigo 7º, XVI, da Constituição Federal, de no mínimo 50% (cinquenta por cento): “XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal”.

Portanto, embora seja claro que as 7ª e 8ª horas excedentes à 6ª, de que trata a Lei nº 4.950-A/66, não sejam horas extraordinárias já que o engenheiro pode ser contratado para trabalhar em jornada de 8 horas, claro também está que para efeito exclusivo do cálculo do salário mínimo profissional para essa jornada de 8 (oito) horas deva ser considerado o percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre as horas excedentes da 6ª hora.

Tal posicionamento está em conformidade com a Súmula 370 do Tribunal Superior do Trabalho:

370 - Médico e engenheiro. Jornada de trabalho. Leis nº 3.999/1961 e 4.950/1966. (Conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 39 e 53 da SDI-1 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

Tendo em vista que as Leis nº 3999/1961 e 4950/1966 não estipulam a jornada reduzida, mas apenas estabelecem o salário mínimo da categoria para uma jornada de 4 horas para os médicos e de 6 horas para os engenheiros, não há que se falar em horas extras, salvo as excedentes à oitava, desde que seja respeitado o salário mínimo/horário das categorias. (ex-OJs nos 39 e 53 - Inseridas respectivamente em 07.11.1994 e 29.04.1994)

Dessa forma, e de acordo com a legislação em vigor, o valor do salário profissional do engenheiro desde 1º de janeiro de 2014 até a presente data é assim calculado:

- a) Para uma jornada de 06 (seis) horas diárias, limitada a 36 (trinta e seis) semanais:

$$6 \text{ SM} \times \text{R\$ } 724,00 = \text{R\$ } 4.344,00$$

- b) Para uma jornada de 08 (oito) horas diárias, limitada a 44 (quarenta e quatro) semanais:

$$\text{Valor para 6 horas: R\$ } 4.344,00$$

$$\text{Divisor para 6 horas: } 180$$

$$\text{Valor da hora: R\$ } 4.068,00/180 = \text{R\$ } 24,133333333$$

R\$ 24,133333333 multiplica por 1,5 (adicional de 50%) e multiplica pelo número de horas excedentes ($2 \times 30 = 60$) para se obter o salário mínimo profissional.

O salário mínimo profissional corresponderá a 9 (nove) salários mínimos:

$$9 \times \text{R\$ } 724,00 = \text{R\$ } 6.516,00$$

Ademais, com relação à aplicabilidade da Lei, a justiça do trabalho pacificou a matéria por meio da Súmula 370 do C. TST e aprofundou a discussão editando a Orientação Jurisprudencial nº. 71 que assim prescreve:

"71. Ação Rescisória. Salário Profissional. Fixação. Múltiplo de salário mínimo.

A estipulação do salário profissional em múltiplos do salário mínimo não afronta o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 (...)"

Diante do exposto, adota-se a posição de que o valor do salário mínimo profissional do engenheiro para uma jornada de trabalho de até 6 horas diárias equivale a 6 (seis) salários mínimos e o valor para uma jornada de 8 horas diárias equivale a 9 (nove) salários mínimos.

III) CONCLUSÕES

Demonstrado que a Lei nº 5.194/66 prevê que a fiscalização do exercício da profissão e das atividades dos engenheiros, deve ser realizada pelos Conselhos Regionais de Engenharia, bem como a fiscalização do salário mínimo profissional previsto na Lei 4.950-A/66, por expressa previsão da Resolução do CONFEA nº 397 de 11 de agosto de 1995, também deve ser realizada pelos Conselhos Regionais de Engenharia.

Portanto e diante da atribuição de fiscalização dos Conselhos Regionais de Engenharia, quanto ao salário mínimo profissional, importante adotar entendimento correto quanto ao valor desse.

Para jornada de até 6 (seis) horas diárias, não há qualquer divergência quanto ao valor em 6 (seis) salários mínimos.

Para jornada de 8 (oito) horas diárias, conforme amplamente explanado, o salário mínimo profissional equivale a 9 (nove) salários mínimos.

Isso porque conforme já debatido, o percentual aplicável para as horas excedentes à 6ª hora deve ser de 50% (cinquenta por cento) conforme expressa previsão da Constituição Federal de 1988.

Frise-se novamente que o legislador ao sancionar a Lei 4.950-A/66 estabeleceu adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as horas excedentes à 6ª hora porque em consonância com a legislação à época que previa adicional de horas extraordinárias de no mínimo 20% (vinte por cento).

Com a alteração da legislação pela Constituição Federal de 1988, o artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho também sofreu

modificação, passando-se a aplicar o adicional mínimo de 50% (cinquenta por cento).

Assim, tendo em vista à atribuição de fiscalização do salário mínimo profissional imposta aos Conselhos Regionais de Engenharia, estes devem observar o correto cálculo do salário mínimo profissional, considerando-se para a 7ª e 8ª hora o adicional de 50% (cinquenta por cento), o que equivale a dizer que o salário mínimo profissional para 8 (oito) horas diárias equivale a 9 (nove) salários mínimos e não 8,5 (oito e meio) salários mínimos como anteriormente previsto.

RESOLUÇÃO Nº 397, DE 11 AGO 1995.

Dispõe sobre a fiscalização do cumprimento do Salário Mínimo Profissional.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, no uso das atribuições que lhe confere a letra "f" do Art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966,

Considerando o disposto nos Arts. 24, 71, 72, 77 e 82, bem como o disposto na letra "a" do parágrafo único do Art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966;

Considerando o disposto nas Leis: nº 4.076, de 30 de junho de 1962; 6.664, de 26 de junho de 1979; nº 6.835, de 14 de outubro de 1980 e na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, as pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades de engenharia, arquitetura e agronomia através de profissionais legalmente habilitados, aos quais é assegurado o direito ao Salário Mínimo Profissional;

Considerando as disposições do Código de Ética do Engenheiro, do Arquiteto e do Engenheiro Agrônomo, adotado pela Resolução nº 205, de 30 de setembro de 1971, do CONFEA;

Considerando as solicitações das Entidades de Classe, dos CREAs, bem como a proposta apresentada durante a Jornada em Defesa do Piso Salarial, realizada juntamente com a 51ª Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia,

R E S O L V E:

Art. 1º - É de competência dos CREAs a fiscalização do cumprimento do Salário Mínimo Profissional.

Art. 2º - O Salário Mínimo Profissional é a remuneração mínima devida, por força de contrato de trabalho que caracteriza vínculo empregatício, aos profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia, Meteorologia e Tecnólogos, com relação a empregos, cargos, funções, atividades e tarefas abrangidos pelo Sistema CONFEA/CREAs, desempenhados a qualquer título e vínculo, de direito público ou privado, conforme definidos nos Arts. 3º, 4º, 5º e 6º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, no Art. 82 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e no Art. 7º, inciso XVI, da Constituição Federal, sob regime celetista.

Art. 3º - Para efeito de aplicação dos dispositivos legais, os profissionais citados no Art. 2º desta Resolução são classificados em:

a. diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Arquitetura, de Agronomia, de Geologia, de Geografia, de Meteorologia e afins com curso universitário de 04 (quatro) anos ou mais;

b. diplomados pelos cursos regulares superiores, mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Arquitetura, de Agronomia, de Geologia, de Geografia, de Meteorologia e afins, com curso universitário de menos de 04 (quatro) anos.

Art. 4º - Para efeito da aplicação dos dispositivos legais, as atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais, relacionados no Art. 2º desta Resolução são classificadas em:

a. atividades ou tarefas com exigência de 06 (seis) horas diárias de serviços;

b. atividades ou tarefas com exigência de mais de 06 (seis) horas diárias de serviços.

Art. 5º - O Salário Mínimo Profissional para execução das atividades e tarefas classificadas na alínea "a" do Art. 4º da Resolução é de 06 (seis) vezes o Salário Mínimo comum, vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea "a" do Art. 3º desta Resolução, e é de 05 (cinco) vezes o Salário Mínimo comum, vigente no País, para os profissionais da alínea "b" do Art. 3º desta Resolução.

Parágrafo Único - Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea "b" do Art. 4º desta Resolução, o Salário Mínimo Profissional será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento) para as horas excedentes das 06 (seis) horas diárias de serviços, tomando-se por base o custo de hora fixada no "CAPUT" deste artigo.

Art. 6º - As pessoas jurídicas que solicitarem registro nos CREAs, no ato da solicitação, ficam obrigadas a comprovar o pagamento de Salário Mínimo Profissional aos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, bem como os demais profissionais abrangidos pelo Sistema CONFEA/CREAs, através de demonstrativo próprio, não inferior ao Salário Mínimo Profissional estabelecido na Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966 e Art. 82 da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Parágrafo único - A pessoa jurídica que não atender o disposto no "caput" deste Art. será notificada e autuada, com os seus requerimentos aos CREAs ficando pendentes de decisão até que regularize sua situação relativa ao cumprimento do Art. 82 da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966.

Art. 7º - Anualmente, as pessoas jurídicas registradas nos CREAs comprovarão que todos os Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Geólogos ou Engenheiros Geólogos, Geógrafos, Meteorologistas do seu quadro técnico estão recebendo salários que satisfazem o disposto na Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966 e no Art. 82 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Parágrafo único - A pessoa jurídica que não atender o disposto no "caput" deste Art. será notificada e autuada pelo CREA, por infração à legislação vigente.

Art. 8º - O não cumprimento da legislação sobre o Salário Mínimo Profissional detectado, quer diretamente, quer através de denúncia comprovada de profissionais, interessados ou das Entidades de Classe, importará na lavratura de autos de infração pelos CREAs, por infringência da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, do Art. 82 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e da Resolução nº 205, de 30 de setembro de 1971, do CONFEA.

Art. 9º - A penalidade prevista para o profissional Engenheiro, Arquiteto, Agrônomo, Geólogo, Geógrafo, Meteorologista e Tecnólogo, que na qualidade de empregador, sócio de empresa empregadora ou Responsável pela política salarial da entidade empregadora, não cumprir a obrigação do pagamento decorrente do Salário Mínimo Profissional, será de Advertência Reservada ou Censura Pública, conforme fixado no Art. 72, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, de acordo com o disposto no Código de Ética Profissional, instituído através da Resolução nº 205, de 30 de setembro de 1971, do CONFEA.

Art. 10 - A penalidade correspondente aos demais casos por infração aos dispositivos desta Resolução será fixada pela alínea "a" do Art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

§ 1º - A notificação do infrator para o pagamento da multa prevista neste Art., se fará na pessoa ou Órgão aos quais o profissional haja firmado o seu contrato de trabalho.

§ 2º - Fica assegurado o direito de lavratura do novo Auto de Infração, observando o disposto no Art. 10 da Resolução nº 207, de 28 de janeiro de 1972, do CONFEA.

§ 3º - Nos casos de reincidência comprovada, as multas referidas neste Art. serão aplicadas em dobro.

§ 4º - A Lavratura do auto de infração, de que trata este Art., será tantas quantas forem os profissionais que estiverem com remuneração inferior ao Salário Mínimo Profissional.

§ 5º - Os CREAs deverão impetrar ação pública contra administradores públicos que se negarem a cumprir a legislação por crime de responsabilidade, como prevê o Art. 1º, XIV, e § 1º do Decreto-Lei 201, de 27 de fevereiro de 1967, independentemente das multas impostas.

Art. 11 - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se a Resolução nº 309, de 27 de junho de 1986 e demais disposições em contrário.

HENRIQUE LUDUVICE _____

Presidente
JOÃO ALBERTO FERNANDES BASTOS

Vice Presidente

Publicada no D.O.U de 18 OUT 1995 - Seção I - Págs. 16.508/16.509

Retificação Publicada no D.O.U de 09 NOV 1995 - Seção I - Pág. 17.951

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2016/2017

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000706/2016
DATA DE REGISTRO NO MTE: 21/12/2016
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR083439/2016
NÚMERO DO PROCESSO: 46206.013971/2016-80
DATA DO PROTOCOLO: 20/12/2016

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 46206.020449/2015-73
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 20/11/2015

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL, CNPJ n. 00.412.403/0001-48, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). BRASIL AMERICO LOULY CAMPOS;

E

SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO DF, CNPJ n. 00.031.716/0001-56, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2016 a 30 de abril de 2017 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **empregadores e Engenheiros e demais profissionais representados pelo Sindicato dos Engenheiros no Distrito Federal, empregados na área da Construção na base territorial das Entidades Convenientes. Para efeito simplificador, será doravante utilizado na presente Convenção o termo "Engenheiro" com a significação de Engenheiros e demais profissionais representados pelo Sindicato dos Engenheiros no Distrito Federal empregados, na área da construção, com abrangência territorial em DF.**

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Os Sindicatos convenientes acordam que a partir de 1º de maio de 2016, o piso salarial para Engenheiros, desvinculado da variação do salário mínimo do período e independente dos reajustes concedidos na Cláusula Quinta, será de R\$7.480,00 (sete mil quatrocentos e oitenta reais).

PARÁGRAFO 1º – O pagamento da diferença de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais) entre os valores do piso salarial vigente em 30/04/2016 e o vigente em 1º/05/2016 será pago em duas parcelas a saber:

- a) Primeira parcela no valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais), aplicada a partir de 1º de maio de 2016, com vigência até 30 de novembro de 2016;
- b) Acréscimo da segunda parcela no valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais), totalizando R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais), aplicada a partir de 1º de dezembro de 2016.

PARÁGRAFO 2º -O piso ora estabelecido remunera o **Engenheiro** contratado para desempenhar jornada integral de

8 (oito) horas diárias, remunerando-se de forma proporcional aqueles que desempenharem jornada diária de 06 (seis), 04 (quatro) ou 02 (duas) horas.

PARÁGRAFO 3º -Fica instituído o piso salarial para os profissionais em início de carreira, assim considerados aqueles que contem com até 2 (dois) anos da data de concessão da habilitação profissional, de 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais) mensal, para uma jornada de 36 (trinta e seis) horas semanais, acrescidas de 8 (oito) horas semanais, sem qualquer contraprestação pecuniária, exclusivas para atividades de aperfeiçoamento profissional, no ambiente de trabalho.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Para os empregados que recebem salário mensal de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais):

- a) Primeira parcela no valor de 4,91% (quatro inteiros e noventa e um décimos por cento) aplicado a partir de 1º de maio de 2016, com vigência ate 30 de novembro de 2016;
- b) Acréscimo da segunda parcela no valor de 4,92% (quatro inteiros e noventa e dois décimos por cento), totalizando 9,83% (nove inteiros e oitenta e três décimos por cento), aplicado a partir de 1º de dezembro de 2016;

Para os empregados que recebem salário mensal acima de R\$ 9.000,00 (nove mil reais):

- a) Primeira parcela fixa no valor de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) aplicados a partir de 1º de maio de 2016, com vigência ate 30 de novembro de 2016;
- b) Acréscimo da segunda parcela fixa no valor de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), totalizando R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), aplicados a partir de 1º de dezembro de 2016;

PARÁGRAFO 1º - As diferenças decorrentes do reajuste pactuado serão pagas da seguinte forma:

- a) As diferenças relativas ao mês de maio serão pagas juntamente com a folha de pagamento do mês de novembro/2016, até o quinto dia útil do mês subsequente;
- b) As diferenças relativas ao mês de junho serão pagas juntamente com a folha de pagamento do mês de dezembro/2016, até o quinto dia útil do mês subsequente;
- c) As diferenças relativas ao mês de julho serão pagas juntamente com a folha de pagamento do mês de janeiro/2017, até o quinto dia útil do mês subsequente.
- d) As diferenças relativas ao mês de agosto serão pagas juntamente com a folha de pagamento do mês de fevereiro/2017, até o quinto dia útil do mês subsequente;
- e) As diferenças relativas ao mês de setembro serão pagas juntamente com a folha de pagamento do mês de março/2017, até o quinto dia útil do mês subsequente;
- f) As diferenças relativas ao mês de outubro serão pagas juntamente com a folha de pagamento do mês de abril/2017, até o quinto dia útil do mês subsequente.

PARÁGRAFO 2º - Os trabalhadores que tiverem seu contrato de emprego rescindido entre 01/05/2016 e 01/12/2016, assim considerado com a projeção do aviso prévio, receberão as diferenças decorrentes do reajuste salarial integral em uma única parcela.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA QUINTA - DA REMUNERAÇÃO

Em 1º de maio de 2016, os salários dos **Engenheiros** devidos em abril de 2015, à exceção daqueles que recebem o piso salarial, serão reajustados em:

- a) 9,83% (nove vírgula oitenta e três por cento) para os engenheiros que recebem salário mensal em valor até R\$ 9.000,00 (nove mil reais);
- b) R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) para os engenheiros que recebem salário mensal acima de R\$ 9.000,00 (nove mil reais);
- c) Primeira parcela no valor de 4,91% (quatro inteiros e noventa e um décimos por cento) aplicado a partir de 1º de maio de 2016, com vigência até 30 de novembro de 2016;
- d) Acréscimo da segunda parcela no valor de 4,92% (quatro inteiros e noventa e dois décimos por cento), totalizando 9,83% (nove inteiros e oitenta e três décimos por cento), aplicado a partir de 1º de dezembro de 2016;

PARÁGRAFO 1º - Fica autorizada a compensação de eventuais antecipações de reajustes concedidos, sejam espontâneos ou compulsórios, no período compreendido entre maio de 2015 e a data de assinatura do presente Termo Aditivo;

PARÁGRAFO 2º - Para os **Engenheiros** admitidos no período de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016, o reajuste pactuado será aplicado observando-se o critério "pro rata" relativamente ao período entre a data de admissão do Engenheiro e a data base da categoria, respeitado o piso salarial estabelecido na cláusula 3º.

PARÁGRAFO 3º - O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o **Engenheiro** pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, o qual integra o tempo de serviço para todos os efeitos legais.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

13º SALÁRIO

CLÁUSULA SEXTA - 13º SALÁRIO

O 13º salário do ano de 2016 deverá ser pago considerando todos os reajustes previstos, consolidado o somatório da totalidade da incidência de todas as parcelas.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA - ALIMENTAÇÃO

Os empregadores fornecerão alimentação gratuita aos Engenheiros, podendo os empregadores optarem pelo fornecimento em uma das seguintes formas: ticket no valor de R\$17,00 (dezessete reais) por dia trabalhado, cantina da obra ou self-service, podendo cobrar, como valor máximo de ressarcimento, o percentual de 10% (dez por cento) por refeição.

É facultado às empresas efetuarem, se assim se tornar necessário, recomendado ou adequado às suas operações, o pagamento total ou parcial do auxílio alimentação em dinheiro.

O benefício do auxílio alimentação, ainda que pago em dinheiro, tem caráter meramente indenizatório, para todos os fins.

O benefício do auxílio alimentação não se caracteriza, para todos os efeitos, como salário utilidade.

DISPOSIÇÕES GERAIS

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**CLÁUSULA OITAVA - DA INTERPRETAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA CCT**

Para evitar eventual debate a respeito do alcance da Cláusula 16ª da CCT 2015/2017, que trata do abono pecuniário devido ao engenheiro que se aposentar e que contar com mais de cinco anos de serviço na empresa, esclarecem as entidades sindicais ora convenentes, que referida cláusula, assim como as celebradas em períodos anteriores com igual teor, historicamente foi negociada com a intenção de conceder, ao engenheiro que se aposentar e que contar com mais de cinco anos de serviços prestados na empresa, um único abono devido em razão da aposentadoria, ou seja, não há direito ao recebimento de referido abono de forma periódica, mas apenas em uma única oportunidade, por ocasião da aposentadoria.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES**

Através deste Termo Aditivo à CCT 2015/2017, ficam modificadas as redações das cláusulas 1ª, 3ª, 4ª, 5ª e 16ª que passam a vigorar com redação acima discriminada, incluindo seus parágrafos. Permanecem em vigor as demais cláusulas e parágrafos da CCT 2015/2017.

BRASIL AMERICO LOULY CAMPOS
PRESIDENTE
SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL

LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA
PRESIDENTE
SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO DF

ANEXOS
ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS
EMPRESA

EMPRESA: ATLANTICO ENGENHARIA LTDA N° CONTROLE: BK0HKZx0JTf0000-4 N° ARQUIVO: IMcaVwM4mc10000-6
 COMP: 02/2017 COD REC: 150 COD GPS: 2119 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 ALIQ RAT: 3,0 INSCRIÇÃO: 14.355.750/0001-90
 TOMADOR/OBRA: FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 3,00 INSCRIÇÃO:
 LOGRADOURO: SCS QUADRA 02 BLOCO C N 41 SALAS 115 116 E 118 BAIRRO: ASA SUL CNAE PREPONDERANTE: 4321500
 CIDADE: BRASILIA UF: DF CEP: 70315-900 TELEFONE: 0061-30297500 CNAE: 4321500
 APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER: 507 620 744 779 TOTAL

SEGURADO					
Empregados/Avulsos	66.823,72	0,00	0,00	0,00	66.823,72
Contribuintes Individuais	0,00	112,99	0,00	0,00	112,99
EMPRESA					
Empregados/Avulsos	158.847,54	0,00	0,00	0,00	158.847,54
Contribuintes Individuais	0,00	205,44	0,00	0,00	205,44
RAT	23.827,09	0,00	0,00	0,00	23.827,09
RAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocinio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98	106.592,02	0,00	0,00	0,00	106.592,02
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	1.180,66	0,00	0,00	0,00	1.180,66
(-) Compensação	142.044,10	0,00	0,00	0,00	142.044,10
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	-318,43	318,43	0,00	0,00	0,00
OUTRAS ENTIDADES					
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	46.065,74	25,68	0,00	0,00	46.091,42
TOTAL A RECOLHER	45.747,31	344,11	0,00	0,00	46.091,42

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI(EM) CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO, E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI No 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTÂNCIAS DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

-GFIP - SEFIP 8.40 (22/03/2012) TABELAS 36.0 (18/01/2017)

DATA: 27/03/2017

HORA: 14:13:59

PÁG : 0001

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E À OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS
EMPRESA

EMPRESA: ATLÂNTICO ENGENHARIA LTDA

Nº CONTROLE: DA2F5P1UWV10000-5

Nº ARQUIVO: I7HM3arY53Y0000-6

COMP: 03/2017 COD REC: 150 COD GPS: 2119 FPAS: 507

OUTRAS ENT: 0079

SIMPLES: 1 ALIQ RAT: 3,0

INSCRIÇÃO: 14.355.750/0001-90

FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 3,00

INSCRIÇÃO:

TOMADOR/OBRA:

LOGRADOURO: Q SCS QUADRA 02 BLOCO C N 41 SALAS 115 116 E 118

BAIRRO: ASA SUL

CNAE PREPONDERANTE: 4321500

CIDADE: BRASÍLIA

UF: DF

CEP: 70312-900

TELEFONE: 0061-30297500

CNAE: 4321500

APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:

507

620

744

779

TOTAL

SEGURADO					
Empregados/Avulsos	68.324,15	0,00	0,00	0,00	68.324,15
Contribuintes Individuais	0,00	112,99	0,00	0,00	112,99
EMPRESA					
Empregados/Avulsos	161.830,37	0,00	0,00	0,00	161.830,37
Contribuintes Individuais	0,00	205,44	0,00	0,00	205,44
RAT	24.274,51	0,00	0,00	0,00	24.274,51
RAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocinio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98	105.554,04	0,00	0,00	0,00	105.554,04
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	1.521,43	0,00	0,00	0,00	1.521,43
(-) Compensação	147.671,99	0,00	0,00	0,00	147.671,99
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	-318,43	318,43	0,00	0,00	0,00
OUTRAS ENTIDADES	46.930,75	25,68	0,00	0,00	46.956,43
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	46.930,75	25,68	0,00	0,00	46.956,43
TOTAL A RECOLHER	46.612,32	344,11	0,00	0,00	46.956,43

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI(EM) CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO, E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI No 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTÂNCIAS DEVIDAS NÃO INCLuíDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.